OPEN ACCESS

DOI: 10.53843/bms.v9i13.635

Brazilian Medical Students Journal

RELATO DE EXPERIÊNCIA

DOI: 10.53843/bms.v9i13.635

"NOMES QUE IMPORTAM" - IMPLANTAÇÃO DO NOME SOCIAL NO PRONTUÁRIO DO HOSPITAL DA CIDADE DE CARATINGA (MG): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

"NAMES THAT MATTER" - INCLUSION OF THE SOCIAL NAME IN THE MEDICAL RECORD OF A HOSPITAL IN THE CITY OF CARATINGA (MG): AN EXPERIENCE REPORT

Maria Fernanda de Miranda Rocha [1]; Ana Carolina Costa Cassemiro [1]; Ana Clara das Virgens Arruda [1]; Caio Lopes de Souza Sá [1]; Débora dos Reis Oliveira [1]; Isabella Moulin Lima de Freitas Gomes [1]; Júlia Ragone Vieira [1]; Juliano Teubner Cedro [1]; Lucas Santos Silva [1]; Matheus de Sousa Lacerda [1]; Renan Nunes Melo [1]; Samira Barbosa Doehler [1]; Klinger Soares Faíco Filho [2];*

1. Centro Universitário de Caratinga (UNEC), discente em Medicina. **2.**Centro Universitário de Caratinga (UNEC), Professor adjunto; Hospital Irmã Denise, Médico Infectologista coordenador do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar.

* mailto:mariafernandamirandar@outlook.com

Editor Associado: Isabelle Lima Lemos

RESUMO

INTRODUÇÃO: O termo “nome social” refere-se à identificação correta de pessoas transgênero, travestis e não-binários, devendo ser utilizado independentemente da retificação ou não do registro civil. Este é apenas o primeiro passo, de diversos, que comunicam à sociedade a importância e a necessidade de inclusão. Surge, dessa maneira, a demanda de adequação dos serviços de saúde à atenção dessa população, de maneira a garantir que todos tenham acesso efetivo e igualitário à saúde, como urge a Constituição Federal. **RELATO DE EXPERIÊNCIA**: A implantação do nome social no prontuário de um Hospital na cidade de Caratinga-MG, bem como a preparação, sensibilização e treinamento dos colaboradores da instituição de saúde ocorreu nos dias 18, 20 e 27 de junho de 2023 e foi parte do projeto “Nomes que Importam”, realizado pelo comitê local IFMSA Brazil UNEC. Foi-se utilizado de discussões que levaram à reflexão e ao preparo dos funcionários para a condução de atendimentos que acolhessem corretamente a população transgênero, visando incluir a instituição de saúde como um local seguro e preparado para fornecer esse tipo de atenção. **DISCUSSÃO**: **:** A marginalização das questões de gênero dificulta o reconhecimento do estado de saúde da população transgênero no Brasil. Apesar do nome social ser

CC BY

DOI: 10.53843/bms.v9i13.635

assegurado, independentemente da cirurgia de redesignação social, poucas são as políticas públicas que incluem a preparação dos profissionais de saúde para o acolhimento dessa comunidade nos ambientes hospitalares. Portanto, a atividade realizada foi fundamental para a garantia do atendimento dessa população em todas as suas demandas nesse hospital. **CONCLUSÃO**: O projeto "Nomes que Importam" retrata um passo importante na inclusão e na inserção da discussão sobre o acesso da população LGBTQIAPN+ à saúde. Espera-se que esse passo importante nesse hospital sirva de exemplo para outras instituições de saúde da região, mostrando que agir localmente é o impulso para a verdadeira mudança.

PALAVRAS-CHAVE: *Serviços de saúde para pessoas transgênero; Minorias sexuais e de gênero; Saúde coletiva; Acesso Efetivo aos Serviços de Saúde.*

ABSTRACT

INTRODUCTION: The term "social name" refers to the correct identification of transgender and non-binary people, and should be used regardless of whether or not the civil registry is rectified. This is only the first step, of several, that communicate to society the importance and need for inclusion. Thus, there's a demand for the adequacy of health services to care for this population, in order to ensure everyone has effective and equal access to health, as urged by the Federal Constitution. **EXPERIENCE REPORT: :** The change of the medical record of a hospital in the city of Caratinga-MG, as well as the preparation and training of the employees of the health institution took place on June 18th, 20th and 27th of 2023 and was part of the project "Names That Matter", carried out by the local committee IFMSA Brazil UNEC. Discussions were held that led to reflection and preparation of employees to conduct care that correctly welcomed the transgender population, aiming to include the health institution as a safe and prepared place to provide this type of care. **DISCUSSION: :** The marginalization of gender issues makes it difficult to recognize the health status of the transgender population in Brazil. Although the social name is guaranteed regardless of the reassignment surgery, few public policies include the preparation of health professionals to welcome this community in hospital environments. Therefore, the activity carried out was fundamental to guarantee the care of this population in all its demands at this hospital. **CONCLUSION:** The "Names That Matter" project represents an important step in the inclusion and insertion of the discussion on the access of the LGBTQIAPN+ population to health. It's hoped that this important step at this hospital will serve as an example for other institutions in the region, showing that acting locally is the impetus for real change.

KEYWORDS: *Health services for transgender persons; Sexual and gender minorities; Health care; Health Services Accessibility.*

INTRODUÇÃO

O termo "nome social" refere-se ao nome escolhido por pessoas transgêneros, travestis e não binárias, diferente daquele presente no nome de registro, capaz de garantir a identificação dessas pessoas no meio social[1]. Tal medida é importante para a promoção dos direitos assegurados pela Carta Magna que rege o país, que afirma "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" [2].

Nesse sentido, foi realizado um estudo pioneiro, promovido pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), que tinha como finalidade o reconhecimento da diversidade de gêneros da população do país. Em vista disso, chegou-se ao resultado de que aproximadamente 1,9% da população total adulta brasileira se considera transgêneros ou não-binários[3] (não pertencentes a um único gênero de maneira exclusiva). Esses números representam aproximadamente 4 milhões de brasileiros e, dessa maneira, ressaltam a importância da discussão sobre a inclusão dessa parcela da população nos diversos ambientes no país.

Sob esse contexto, o nome social foi finalmente estabelecido em âmbito federal no ano de 2016, pela portaria de número 8.727, durante a Semana das Conferências Nacionais Conjuntas de Direitos Humanos. Essa portaria decreta que os órgãos e as entidades de administração pública federal direta, autárquica e fundacional passariam a adotar o nome social da pessoa

CC BY

DOI: 10.53843/bms.v9i13.635

transgênero ou travesti em seus atos e procedimentos, conforme solicitado pela própria pessoa, sendo vedado o uso de expressões pejorativas para se referir a essa população[4].

Perante essa conquista, surgiu-se a necessidade de implementação do nome social em diferentes cenários e contextos, incluindo as instituições de saúde. Dessa forma, o projeto "Nomes que Importam", iniciativa do comitê local IFMSA Brazil UNEC, teve como objetivo a melhoria da experiência dessa população em um hospital no leste de Minas Gerais, visando a criação de um ambiente acolhedor e respeitoso.

O relato de experiência a seguir demonstra os desafios e as conquistas na implementação do nome social nesse hospital, em Caratinga, Minas Gerais. As vivências discutidas neste estudo têm como objetivo abrir a discussão sobre a inclusão da população LGBTQIAPN+ nos diversos ambientes, bem como servir de exemplo para outras instituições.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto "Nomes que Importam" teve como sua principal ação a inclusão da máscara "nome social" no sistema, fichas e prontuários de um hospital em Caratinga-MG. Logo após, foram realizados treinamentos e orientações, pelos alunos, para os profissionais de saúde, colaboradores da limpeza, recepção e auxiliares administrativos da instituição nos dias 18, 20 e 27 de junho de 2023, no formato presencial no próprio hospital, os quais tiveram como objetivo explicar e ressaltar a importância da política de uso do nome social para pessoas transgêneros, tenham elas retificado o registro civil ou não.

A proposta de mudança nesse hospital visa a inclusão do nome social nos formulários do sistema, além do treinamento com os funcionários, orientando-os a melhor maneira a acolher pacientes transgêneros e travestis, com o devido cuidado e respeito. Tais medidas tiveram como finalidade criar um ambiente acolhedor e humanizado, bem como discutir sobre a relevância da inclusão da comunidade LGBTQIAPN+ aos diversos ambientes.

Os estudantes de Medicina envolvidos no projeto ficaram encarregados de estudar sobre a causa e foram capacitados pelo médico infectologista, orientador da atividade, sobre o tema e sobre como ele era abordado no ambiente hospitalar. Tal capacitação deu-se por meio de uma roda de conversa com os alunos participantes do projeto antes da realização deste. De modo a inteirá-los sobre como se dava o atendimento da população LGBTQIAPN+ naquela instituição de saúde, e como a mudança seria importante para essas pessoas.

Além disso, de maneira a agregar o conhecimento e contribuir ainda mais com o projeto, o comitê local IFMSA Brazil- UNEC teve orientações de membros da comunidade LGBTQIAPN+, por meio de vídeos informativos sobre o nome social e como ele impactou na vivência de cada uma delas. Tais vídeos foram feitos exclusivamente para essa atividade, por meio do networking criado pela IFMSA Brazil. Esses vídeos foram fundamentais para que a dimensão da mudança fosse compreendida, de forma que o entendimento sobre a relação da população transgênero com os serviços de saúde (tanto usufruindo deles como sendo parte da equipe) fosse levada em consideração em cada passo da atividade, e estão disponíveis para consulta no Instagram da IFMSA Brazil UNEC.

Os acadêmicos participantes do projeto, junto a presença do médico preceptor responsável (orientador da atividade), passaram em diversos setores do hospital (UTI, enfermaria, recepção) para informar, debater e orientar sobre a mudança, para que o acolhimento dos pacientes da comunidade LGBTQIAPN+ que solicitarem o uso do nome social fosse bem conduzido. A capacitação ocorreu por meio de uma conversa, com os funcionários de equipes diversas do hospital (enfermagem, técnicos, recepcionistas). Nessa, os estudantes e o professor orientador da atividade conseguiram debater e colher o feedback oral com os colaboradores sobre a importância da implantação do nome social em cada setor. A opinião dos funcionários do hospital não foi registrada em meio físico, de maneira a garantir o sigilo deles. Entretanto, as informações coletadas trouxeram parecer positivo sobre a ação, mostrando satisfação dos colaboradores sobre a mudança. Além disso, foi notado por eles que, por ser uma cidade no interior de Minas Gerais, o fluxo de atendimento a essa população não acontecia com frequência significativa. Isso poderia impactar na forma como os frutos dessa mudança poderiam ser coletados pelo comitê organizador da atividade. Tais sugestões influenciarão no formato das futuras capacitações desses profissionais.

Além disso, os funcionários tiveram o primeiro contato com a ficha de identificação do paciente atualizada

CC BY

DOI: 10.53843/bms.v9i13.635

e receberam orientações dos membros do comitê sobre como abordar o tópico, de maneira sensível e respeitosa com o paciente. Tal conversa abordou os diversos serviços hospitalares, desde a enfermaria até a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e durou cerca de 15 minutos com cada setor, de forma que não atrapalhasse o fluxo de trabalho das equipes.

Houve também a distribuição de panfletos e cartazes pela instituição com informações a respeito da temática para melhor instrução dos funcionários. Isso possibilitou uma reflexão sobre o assunto para todos os circulantes da unidade e não apenas aqueles que foram instruídos.

Os cartazes foram feitos com autorização da direção do hospital e tinham dizeres como: “Nesse hospital, acreditamos no poder do respeito! Respeite a identidade de gênero de cada paciente, incluindo o uso do nome social” e “Nesse hospital, de acordo com nosso padrão de política de inclusão, todas as pessoas têm direito de serem chamadas pelo seu nome social. Respeite a identidade de gênero!”.

"Nomes que importam" é um projeto longitudinal, ou seja, seus resultados quanto ao objetivo traçado poderão ser analisados ao longo do tempo, sendo necessário o reforço da importância que circunda essa inclusão, para que essa se torne uma conduta integrada no cotidiano dos profissionais, com enfoque na saúde e bem-estar do paciente LGBTQIAPN+.

Além disso, destaca-se, ainda, que o projeto “Nomes que importam” esteve entre os 10 selecionados dentre as atividades realizadas por comitês de todo o país da IFMSA Brazil para a Activities Presentation de Atividades Multicêntricas em Saúde LGBTQIAPN+. Esse projeto contou com a apresentação da atividade realizada pelo comitê local da IFMSA Brazil UNEC e postagem do projeto na página de Instagram nacional da IFMSA Brazil.

DISCUSSÃO

Segundo Rachel R. Bogan[5], pessoas trans desejam acesso a cuidados de saúde seguros, não discriminatórios, culturalmente sensíveis e acessíveis. Além disso, no que tange aos dilemas vividos por essa parte da população, o estudo realizado pela La Trobe University[6] revela que indivíduos transgêneros têm níveis mais baixos de saúde e bem-estar em comparação com à população geral na Austrália e na Nova Zelândia. Assim sendo, bem como em outros países, o Brasil não possui uma formação médica que englobe grupos específicos, seus respectivos atendimentos especializados e que leve em consideração as particularidades de cada um.

De 2008 em diante passou a ser introduzido, de maneira progressiva, o respeito e o atendimento hospitalar humanizado com a comunidade transgênero. Isso se desenvolveu pela execução do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)[7], que, antes da execução, só atendia mulheres transgênero. Mas, em 2013 sofreu uma reelaboração com mudanças na legislação para incluir homens transgênero e mulheres travestis. As leis implementadas tinham como base os fundamentos do SUS, universalidade, integralidade e equidade visando a melhora da proteção e prevenção da saúde para as pessoas transgênero.

O uso do nome social, em conjunto com o pronome adequado, são a chave para o reconhecimento da identidade de gênero e para o correto acolhimento dessa população. O direito do uso para o nome social foi estabelecido pela Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde em 2006 e validado pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais por meio da Portaria n° 2.836 em 2011[7]. Apesar da garantia desse direito ter sido assegurada há tanto tempo, percebeu-se que o caminho entre a teoria e a prática precisava ser traçado na nossa realidade local, justificando a importância da atividade “Nomes que Importam” nesse serviço de saúde.

Com a finalidade de aumentar o respeito à identidade de gênero e promover a inclusão da comunidade trans no sistema de saúde, em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o nome e o gênero podem ser alterados nos registros civis mesmo sem a realização da cirurgia de redesignação sexual[7].

Os levantamentos mais recentes sobre os atendimentos da população trans e travesti de 2009 e 2011, mostram poucos dados oficiais dessa população, mesmo aqueles regulamentados pelo processo transexualizador[7]. Essa falta de informação pode ser entendida como reflexo da histórica marginalização institucional das questões de gênero. Relatórios existentes descrevem um ambiente pouco acolhedor, com longas filas de espera, falta de acompanhamento contínuo ao longo do tempo e ausência de articulação com a rede de apoio, concluindo a existência

CC BY

DOI: 10.53843/bms.v9i13.635

de um serviço "centrado nele mesmo"[8]. Essas lacunas mostram a necessidade urgente de melhorias na estrutura e no funcionamento dos serviços de saúde destinados à população trans e travestis. Por meio da receptividade do hospital à atividade, é notório que há a necessidade da mudança, deixando em aberto que a criação de assistências específicas a essa população é uma mera questão de organização dos responsáveis pelos cuidados em saúde, assim como de melhorias na articulação entre as equipes para essa garantia.

Existem serviços de saúde que buscam uma abordagem humanizada, integral e sensível às questões de gênero, com o objetivo de atender à população trans de forma mais consciente. Modelo desses serviços são: o Programa Saúde da Família na Lapa no Rio de Janeiro, o Ambulatório de Atenção Primária à Saúde para Pessoas Trans de Florianópolis (AAPST) e o Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre[8]. Esses serviços buscam oferecer abordagens calorosas, tolerantes, centradas no paciente e consultas com a possibilidade de acesso a procedimentos de harmonização corporal. Esse tipo de abordagem é considerado inclusivo e funciona como um meio de inserção dos indivíduos transexuais nos serviços de saúde, visando garantir uma relação de confiança e promovendo uma assistência mais adequada às suas necessidades. Apesar desse hospital da cidade de Caratinga-MG não ter prestado atendimento a pessoas transgênero no período em que a atividade foi realizada, acredita-se que, após a inserção do nome social no prontuário e no sistema hospitalar e do treinamento da equipe, o serviço esteja mais preparado e bem instruído para acolher essa população e prestar o atendimento de maneira acolhedora e inclusiva, assemelhando-se aos programas supracitados.

Dessa forma, o projeto realizado pela IFMSA Brazil UNEC (Minas Gerias), com a implementação do nome social em um hospital no interior de Minas Gerais, é de fundamental importância para quebrar paradigmas e promover a inclusão e o respeito à diversidade. Vale salientar, assim, que a atividade teve uma ótima recepção e adesão dos profissionais que participaram do projeto, apresentando um número reduzido de limitações. Um dos obstáculos foi o fato do projeto ser longitudinal, por conseguinte, fica inviável coletar rapidamente os resultados e fiscalizar a aderência dos profissionais ao uso correto do nome social. O feedback oral foi a maneira encontrada para colher a avaliação de impacto de forma rápida, de modo que não atrapalhasse o fluxo hospitalar nem as atividades dos funcionários. Dessa forma, foi entendido que a equipe acreditou ser uma mudança necessária e de extrema relevância, de maneira que todos estiveram interessados em ouvir e ver como a nova ficha de prontuário foi formulada. Entretanto, não foi feita uma nova pesquisa de opinião de jeito que pudesse calcular estatisticamente o impacto da mudança na maneira que o hospital presta atendimento à população transgênero.

Diante dessa problemática, foram desenvolvidos métodos de divulgação dentro do hospital para sensibilização e capacitação dos profissionais. Com o intuito de reforçar o propósito da atividade, e a importância de sua realização para o acolhimento da população LGBTQIAPN+ nos serviços de saúde.

CONCLUSÃO

A realização da atividade "Nomes que Importam" representa um passo importante na busca por uma saúde mais inclusiva, respeitosa e digna para a população transgênero, travesti e transexual. Apesar da longitudinalidade do projeto e, portanto, da percepção de mudança ser vista ao longo do tempo, o feedback oral coletado durante a atividade foi fundamental para o entendimento da dimensão dessa mudança. Espera-se realizar um estudo mais aprofundado com os funcionários e equipes participantes do projeto, de forma a quantificar a adesão destes ao correto uso do nome social e a buscar aprimoramento da prestação dos serviços de saúde à população transgênero. Esta é apenas uma parte de um conjunto maior de ações necessárias para garantir uma saúde mais equitativa e acessível a todos os cidadãos. Espera-se que essa iniciativa inspire outras instituições a seguirem o mesmo caminho, tornando a inclusão e o respeito à diversidade de gênero uma realidade em toda a área da saúde.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os pesquisadores afirmam que não há conflitos de interesse nesta pesquisa.

FINANCIAMENTO

Os recursos financeiros voltados à elaboração dos cartazes foram cedidos pelos próprios autores e pelo professor orientador do projeto, sendo o valor total de R$307,00.

CC BY

DOI: 10.53843/bms.v9i13.635

REFERÊNCIAS

1. R Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Garantia da utilização do nome social para pessoas travestis e transexuais [Internet]. 2016. Available from: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/cartilha_nome_social.pdf
2. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 [Internet]. Planalto.gov.br. 2016 [cited 2023 Jul 27]. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
3. Spizzirri, Giancarlo, Raí Eufrásio, Maria Cristina Pereira Lima, Hélio Rubens De Carvalho Nunes, Baudewijntje P. C. Kreukels, Thomas D. Steensma, and Carmita Helena Najjar Abdo. “Proportion of People Identified as Transgender and Non-Binary Gender in Brazil.” Scientific Reports 11, no. 1 (January 26, 2021): 2240.
4. Decreto nº 8727 [Internet]. Planalto.gov.br. 2016 [cited 2023 Jul 27]. Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm
5. Safer JD, Coleman E, Feldman J, Garofalo R, Hembree W, Radix A, et al. Barriers to healthcare for transgender individuals. Current Opinion in Endocrinology & Diabetes and Obesity [Internet]. 2016 Apr 1;23(2):168–71. Available from: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4802845/
6. Hall J. Survey of Information Services in British University Libraries. 1975 Apr 1 [cited 2023 Jul 27];7(2):112–31. Available from: https://typeset.io/papers/transgenders-health-services-and-desire-for-recognition-a-4lyah302xq
7. Oliveira JP, Sprung LS. Barreiras para o acesso à saúde pública da população trans no Brasil: uma revisão narrativa. Femina. 2022;50(9):560-7
8. Lucena MM, Ferreira GG, Floss M, Azevedo D. Serviços de atendimento integral à saúde de transexuais e travestis no Sistema Único de Saúde: uma revisão integrativa. Rev bras med fam comunidade [Internet]. 2022 [cited 2023 Jul 27];2964–4.

CC BY